

# **Balanço e desafios para a continuidade do Orçamento Participativo- gestão 2005-2008**

Lizandra Serafim e Ana Claudia Teixeira

Realização das entrevistas e preparação do Seminário:

Ana Claudia Teixeira  
Inácio da Silva  
Lizandra Serafim  
Luís Eduardo Tavares  
Maria do Carmo Albuquerque  
Mateus Bertolini de Moraes  
Viviane Nebó

Agradecemos aos coordenadores dos OPs em 26 municípios do Estado de São Paulo que responderam à entrevista realizada por telefone, em novembro de 2005, e aos 85 participantes do seminário *Repensando o OP V – Desafios da Participação Popular nas experiências de OP recentes e nas já consolidadas*, realizado em 04 de fevereiro de 2006. As questões presentes neste texto foram construídas com a participação de todos eles.

## **Introdução**

Este texto baseia-se no levantamento realizado por telefone entre outubro de 2005 e janeiro de 2006, durante a preparação do seminário “Repensando o OP V- Desafios da Participação Popular nas experiências de OP recentes e nas já consolidadas” e nas discussões realizadas neste seminário, que deram origem a um relatório preliminar e que aqui pretendemos melhor detalhar, além de complementar dados obtidos em pesquisa semelhante, realizada em 2004<sup>1</sup>.

Durante o primeiro ano da gestão municipal 2005-2008, registramos 30 experiências de orçamento participativo em curso no estado de São Paulo. Na gestão anterior, 2001-2004, foram registradas 40 experiências, e na gestão 1997-2000, 23 experiências. Aparentemente – já que esta pesquisa não trabalhou com o universo total dos municípios do estado, podendo, portanto não contemplar parte das experiências existentes – o número de OPs diminuiu com o início desta nova gestão, em 2005.

O desenvolvimento, ao longo de 3 gestões, de experiências de OPs no estado de São Paulo, trouxe novas questões e novos desafios para a continuidade destes, além de reafirmar outras que já haviam sido destacadas na pesquisa anterior. Temos como objetivo apresentar dados coletados sobre os OPs nesta gestão e questões/desafios apresentados pelos entrevistados e discutidas entre os participantes do seminário, que servirão de base para avaliar experiências de OP e orientar novos debates quanto às perspectivas de continuidade e aprofundamento destas experiências.

## **1. Mapeamento dos OPs no Estado de São Paulo**

No ano de 2005, 30 municípios do estado de São Paulo tiveram Orçamentos Participativos.

---

<sup>1</sup> Pesquisa publicada no artigo “Balanço político e desafios de continuidade do Orçamento Participativo”, de Nilde Balcão e Tatiana de Amorim Maranhão. Disponível para download em [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br).

Entre estes, 5 iniciaram sua experiência em 2005; 19 já tinham OP entre 2001 e 2004, e deram continuidade à experiência; 3 iniciaram a experiência na gestão 1997 a 2000, e estavam na terceira gestão consecutiva com experiência de OP; e 3 retomaram a experiência, ou seja, tinham OP na gestão 1997-2000, não tiveram entre 2001 e 2004, e tiveram novamente em 2005. A distribuição de cidades está descrita na tabela abaixo.

**Tabela 1. Distribuição de OPs em 2005 por cidade e gestão**

<b>Número de OPs em 2005</b>	<b>30</b> (ver Tabela 2, coluna de 2005)
<b>OPs novos</b>	<b>5</b> (Barra Bonita, Hortolândia, Monte Alto, Osasco e Várzea Paulista)
<b>OPs retomados</b> (cidades que tiveram experiência anterior de OP, ou na gestão 97-2000, ou 2001-2004 de forma interrompida e a retomaram em 2005)	<b>3</b> (Leme – com experiência de “Orçamento Comunitário” –, Sumaré e Ubatuba)
<b>OPs 2ª gestão consecutiva</b>	<b>19</b> (Araraquara, Botucatu, Caieiras, Campinas, Diadema, Embu das Artes, Iracemápolis, Jacareí, Jandira, Paranapuã, Piracicaba, Presidente Venceslau, Ribeirão Corrente, Rio Grande da Serra, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São José do Rio Preto, Sertãozinho)
<b>OPs 3ª gestão consecutiva</b>	<b>3</b> (Guarulhos, Mauá, Santo André)

Em relação aos partidos dos prefeitos das cidades que realizaram OP em 2005, há o predomínio de prefeituras do PT (18 prefeituras), que correspondem a aproximadamente 62% do total pesquisado, seguidas de prefeituras do PSDB (6 prefeituras), que correspondem a aproximadamente 20% do total. Os demais partidos do prefeito que realizaram OPs em 2005 foram: PDT, PL, PPS, PTB e PV, cada um com uma prefeitura. Esta predominância de prefeituras com prefeitos do PT entre as que realizam OP já se fazia nítida na última gestão, e continua se confirmando na atual<sup>2</sup>.

Entre os 8 OPs novos ou retomados em 2005, o partido do prefeito nesta gestão é PT em 6 municípios, o PTB em 1 e o PL em 1.

Entre as 22 prefeituras que deram continuidade ao OP entre a gestão 2001-2004 e 2005, em 14 o partido do prefeito permaneceu o mesmo entre as duas gestões. Destas 14, o PT foi o partido do prefeito em ambas as gestões em 11 prefeituras, o PSDB em 2 e o PPS em 1. Das 8 prefeituras em que houve continuidade do OP entre 2001 e 2005, mas não do partido do prefeito, 4 delas foram o PSDB dando continuidade ao OP em 2005 (em 3 destas, a gestão passada era do PT e em 1 do PSB), 1 do PT (na gestão passada: PSB), 1 do PDT (gestão passada: PT) e 1 do PV (gestão passada: PT).

Ou seja, há continuidade do OP mesmo quando o partido do prefeito muda. Na maioria dos casos, entre as 8 prefeituras que deram continuidade ao OP iniciado por prefeitos de outros partidos, a experiência de OP na cidade já estava consolidada e, apesar de não ser um compromisso do novo partido, sua importância fez com que este aderisse à experiência.

<sup>2</sup> Aqui não estamos considerando as coligações dos prefeitos, apesar de reconhecermos que estas são bastante variadas.

**Tabela 2: Partido político do prefeito dos municípios com OP em 1997, 2001 e 2005 (gestões em que houve OP: partido do prefeito em negrito)**

Municípios com OP	Partido do Prefeito em 1997	Partido do Prefeito em 2001	Partido do Prefeito em 2005
<b>Araraquara</b>	PPB	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Barra Bonita</b>	PPB	PPS	<b>PT</b>
<b>Botucatu</b>	PSDB	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Caieiras</b>	PFL	<b>PSB</b>	<b>PSDB</b>
<b>Campinas</b>	PPB	<b>PT</b>	<b>PDT</b>
<b>Diadema</b>	PSB	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Embu das Artes</b>	PSD	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Guarulhos</b>	<b>PDT</b>	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Hortolândia</b>	PSDB	PSDB	<b>PT</b>
<b>Iracemópolis</b>	PMDB	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>
<b>Jacareí</b>	PSDB	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Jandira</b>	PSDB	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Leme</b>	<b>PSDB</b>	PFL	<b>PTB</b>
<b>Mauá</b>	<b>PT</b>	<b>PT</b>	<b>PV</b>
<b>Monte Alto</b>	PPB	PSDB	<b>PT</b>
<b>Osasco</b>	PTB	PTB	<b>PT</b>
<b>Paranapuã</b>	PPB	<b>PSB</b>	<b>PT</b>
<b>Piracicaba</b>	PSDB	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>
<b>Presidente Venceslau</b>	PDT	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Ribeirão Corrente</b>	PSDB	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>Rio Grande da Serra</b>	PTB	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>
<b>Santa Cruz do Rio Pardo</b>	PMDB	<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
<b>Santo André</b>	<b>PT</b>	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>São Carlos</b>	PFL	<b>PT</b>	<b>PT</b>
<b>São José do Rio Preto</b>	PDT	<b>PPS</b>	<b>PPS</b>
<b>Sertãozinho</b>	PPB	<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
<b>Sumaré</b>	PPS	<b>PPS*</b>	<b>PT</b>
<b>Ubatuba</b>	<b>PRP</b>	PFL	<b>PL</b>
<b>Várzea Paulista</b>	PMDB	PMDB	<b>PT</b>

\* OP iniciado mas interrompido no decorrer da gestão correspondente.

Devido à diminuição do número de cidades com OP em 2005 em relação à gestão anterior, houve também a diminuição do número de pessoas que habitam cidades com acesso a esta forma de participação popular. A grande diminuição no número de habitantes que vivem em cidades com OP deve-se, também, à extinção do OP na cidade de São Paulo, que tem cerca de 11 milhões de habitantes. Entre 1997 e 2000 foram 4.664.296 pessoas, entre 2001 e 2004, 18.326.686 e em 2005 foram 7.591.703<sup>3</sup> pessoas. Ou seja, o número de habitantes com acesso a OP em seus municípios diminuiu mais de 10.700.000 nesta gestão. No entanto, se excluíssemos a experiência da cidade de São Paulo da gestão passada, teríamos aproximadamente o mesmo número de habitantes com OP entre as duas gestões, o que na prática significaria dizer que a perda, em número de habitantes, seria equivalente à extinção da experiência na cidade de São Paulo.

A classificação das cidades que tiveram OP em 2005 por tamanho da população está descrita a seguir<sup>4</sup>:

<sup>3</sup> Fonte: CENSO, 2000. Acesso em <www.ibge.gov.br>.

<sup>4</sup> Critérios adotados para classificação por tamanho da população: Pequena= até 10 mil habitantes; Pequena-média= entre 10 e 20 mil habitantes; Média= entre 20 e 50 mil habitantes; Média-grande= entre 50 e 100 mil habitantes; Grande= entre 100 e 500 mil habitantes. Muito grande= mais de 500 mil habitantes.

**Tabela 3. Tamanho da população X nº de municípios com OP em 2005**

<b>Tamanho da população</b>	<b>Número de municípios OP 1997-2000</b>	<b>Número de municípios OP 2001-2004</b>	<b>Número de municípios OP 2005</b>
Pequena	-	3	2
Pequena/Média	1	3	1
Média	-	5	5
Média/Grande	11	10	3
Grande	9	14	15
Muito Grande	2	5	4
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>40</b>	<b>30</b>

Fonte: CENSO 2000, IBGE.

A maioria dos municípios que tiveram OP em 2005 foi de municípios grandes (15). Isto reafirma uma tendência ao crescimento do número de OPs em cidades deste porte desde a gestão 1997-2000, em que havia OPs em 9 municípios grandes, passando para 14 na gestão 2001-2004. O número de OPs em municípios médios, que era nulo na gestão 1997-2000, manteve-se em 5 nas gestões seguintes. Mas, o número de OPs em cidades médias/grandes teve uma redução considerável entre a última gestão e a atual (de 10 para 3 experiências).

#### **Avanços e dificuldades do ano de 2005**

Nas entrevistas realizadas por telefone com os responsáveis pela coordenação dos OPs nas 26 cidades<sup>5</sup>, fizemos as seguintes perguntas:

1. Desde quando vocês realizam o Orçamento Participativo?
2. Em 2005, o OP funcionou normalmente?
3. [Somente para aqueles que já faziam OP antes de 2005] Houve mudanças no OP em 2005? Se sim, de que tipo?
4. [Somente para aqueles que começaram o OP em 2005] Qual o principal destaque do OP este ano (2005)?
5. Na sua avaliação, quais foram os **principais avanços** (pontos positivos) do processo do OP em 2005?
6. Quais foram as **principais dificuldades** enfrentadas?

Em resposta à segunda questão, ou seja, se o OP funcionou normalmente em 2005, 22 entrevistados responderam que sim, e 3 que não. Os motivos apontados por aqueles que afirmaram que o OP não funcionou normalmente em 2005 foram: metodologia diferente em 2 deles e nome diferente para o caso de Leme, que funcionou com o nome de “Orçamento Comunitário”.

Para a terceira questão, feita apenas para os representantes de cidades que já tinham OP antes de 2005, as mudanças apontadas estão descritas na tabela abaixo:

**Tabela 4. Mudanças (OPs já existentes em gestões passadas)**

<b>Metodologia</b>	<b>6</b>
<b>Aumento na participação da população</b>	<b>3</b>
<b>Trabalho maior de conscientização da população</b>	<b>2</b>
<b>Diminuição dos recursos disponíveis para investimento</b>	<b>1</b>

<sup>5</sup> Do total de 30 experiências de OPs, conseguimos entrevistar representantes dos OPs de 26 cidades.

<b>Nome diferente</b>	<b>1</b>
<b>Inclusão das demandas do OP na dotação orçamentária</b>	<b>1</b>
<b>Maior aproximação da prefeitura com conselheiros</b>	<b>1</b>

Notamos, portanto, que nos OPs que tiveram mudanças, as mais destacadas foram a introdução de metodologia distinta (incluindo especialmente a realização de plenárias temáticas além de regionais) e aumento da participação da população. Além disso, 2 prefeituras destacaram o esforço em trabalhar a conscientização da população sobre este espaço de participação.

Em resposta à quarta questão, feita apenas para cidades em que a experiência teve início no ano de 2005, foram destacadas as seguintes transformações geradas pelo OP:

**Tabela 5. Destaques (OPs novos)**

<b>Maior abertura da Prefeitura para as demandas e participação</b>	<b>2</b>
<b>A novidade da implementação do OP</b>	<b>1</b>
<b>Esforço para divulgação/chamar a população a participar</b>	<b>1</b>
<b>Implementação de temáticas na dinâmica do OP</b>	<b>1</b>

A partir das considerações dos entrevistados, ressaltamos que a experiência de OP, quando implementada, é reconhecida como uma novidade e recebida com uma certa surpresa tanto pela prefeitura quanto pela população. Sua implementação vem acompanhada do desafio em colocar a experiência em pleno funcionamento, com ampla divulgação e mobilização de uma grande parcela da população.

Os avanços ou pontos positivos destacados pelos entrevistados estão descritos abaixo. Vale ressaltar que grande parte dos entrevistados destacaram o aumento do conhecimento, por parte das lideranças ou da população em geral, sobre o funcionamento da prefeitura, sobre contas públicas e da cidade como um todo. Isso demonstra que é notório, por parte de representantes do poder público, o processo de aprendizado que o OP representa, e o aumento da qualificação técnica e política dos participantes ao longo do tempo. Além disso, apesar do número de cidades realizando OP ter diminuído, em algumas as cidades em que houve OP foi percebido um aumento na participação da população por parte dos representantes do governo. Esta é uma vitória considerável para as experiências existentes, já que a mobilização da população é apontada como um grande desafio pelos entrevistados.

**Tabela 6. Avanços/Pontos Positivos**

<b>Maior capacitação das lideranças/população (conhecimento sobre estrutura e funcionamento da prefeitura, contas públicas, sobre a cidade como um todo)</b>	<b>7</b>
<b>Maior número de participantes</b>	<b>5</b>
<b>Impacto e criação de uma nova cultura na cidade</b>	<b>4</b>
<b>Inclusão da questão de gênero como temática</b>	<b>1</b>
<b>Maior prestação de contas da prefeitura para a população</b>	<b>1</b>
<b>Contribuição do PPA e Conferência das Cidades para conscientização e participação da população no OP</b>	<b>1</b>
<b>Maior divisão de responsabilidades entre prefeitura e população</b>	<b>1</b>
<b>Melhor mapeamento da cidade (divisão por regiões)</b>	<b>1</b>
<b>Maior divulgação</b>	<b>1</b>
<b>Maior adequação da metodologia do OP às capacidades de investimento</b>	<b>1</b>
<b>Mais demandas por manutenção, não por novas obras somente</b>	<b>1</b>

Já em relação às dificuldades enfrentadas na realização dos OPs, foram destacadas conforme colocado na tabela seguinte.

**Tabela 7. Dificuldades**

<b>1 - Impossibilidade de atender a todas as demandas</b>	<b>5</b>
<b>2 - Falta de visão da cidade como um todo por parte dos participantes (alguns grupos colocando suas demandas como mais importantes que de outros segmentos/regiões)</b>	<b>5</b>
<b>3 - Falta de adesão da parcela da população que não tem suas demandas atendidas imediatamente (ou que já teve suas demandas prioritárias atendidas)</b>	<b>3</b>
<b>4 - Falta de infra-estrutura (material e pessoal) para realização de plenárias e de todo o processo de OP</b>	<b>3</b>
<b>5- Falta de conhecimento ou desentendimentos por parte da gestão sobre o que é e como funciona o OP</b>	<b>3</b>
<b>6 - Falta de conhecimento técnico por parte da população</b>	<b>3</b>
<b>7 - Conflitos em torno de projetos e instabilidade política na cidade</b>	<b>2</b>
<b>8 - Baixa participação da população</b>	<b>2</b>
<b>9 - Não aceitação ou entendimento sobre a importância da participação por parte da gestão</b>	<b>2</b>
<b>10 - Má comunicação e divulgação</b>	<b>2</b>
<b>11- Demora na liberação dos recursos para efetivação de obras</b>	<b>1</b>
<b>12 - Dificuldade em conectar o OP com secretarias e conselhos</b>	<b>1</b>
<b>Não houve dificuldades</b>	<b>1</b>

Vale ressaltar que a dificuldade no atendimento às demandas e a falta de visão da cidade como um todo por parte dos participantes apareceram como grandes dificuldades enfrentadas, segundo a visão de 5 dos representantes entrevistados das prefeituras.

Além disso, aparece nítida a preocupação com a continuidade da participação da população, já que em alguns casos, aqueles cujas demandas já foram atendidas num primeiro momento deixam de participar do OP, ou aqueles que não tem suas demandas atendidas imediatamente também deixam de participar. Outros 3 entrevistados apresentam que as respectivas prefeituras apresentam falta de infra-estrutura material e pessoal para realizar todo o processo de plenárias e assembleias como um grande problema. Na mesma medida, aparece a preocupação com a falta de conhecimento ou entendimento no interior da gestão sobre o que é, a importância e como funciona o OP.

Desta maneira, observamos três grandes blocos de problemas apontados pelos entrevistados:

a) dificuldades financeiras para permitir que o OP aconteça em sua plenitude e que as obras se efetivem (itens 1, 4 e 11, com 9 ocorrências);

b) dificuldades de articulação e comprometimento interno à prefeitura – que se associa com o bloco anterior (itens 5, 9 e 12, com 6 ocorrências);

c) dificuldade de mudança cultural e de conhecimento por parte da população (itens 2, 3, 6 e 8, com 13 ocorrências).

## 2. Indicações para enfrentar os desafios na conjuntura atual

Na quinta edição do seminário “Repensando o Orçamento Participativo”, realizado em 04 de fevereiro de 2006 no Instituto Pólis com a participação de alguns dos coordenadores entrevistados, e outros coordenadores e técnicos de prefeituras e atores da sociedade civil de alguma forma envolvidos com experiências de OPs, a discussão se deu em torno do chamado “ciclo do OP”, que consiste nas 6 etapas pelas quais as experiências de OPs passam no decorrer de cada ano<sup>6</sup>. Os participantes discutiram, divididos em grupos correspondentes a cada etapa do ciclo, sobre cada uma delas, apresentando especificidades de suas localidades quanto a metodologia, dificuldades, diferenças e esforços em cada etapa. As idéias discutidas nos grupos e apresentadas posteriormente foram debatidas, resultando em indicações para enfrentar a conjuntura atual.

O ciclo do OP foi caracterizado como: 1) Definição das regras do jogo; 2) Mobilização e divulgação; 3) Escolha de prioridades; 4) Escolha de representantes; 5) Negociação com o Executivo e com a Câmara de Vereadores; e 6) Execução orçamentária e acompanhamento.

Na discussão sobre a primeira etapa (definição das regras do jogo), o grupo destacou que, nas experiências locais, há alterações das regras conforme as necessidades enfrentadas, tanto pelo governo quanto pela sociedade civil. Além disso, destacou que existe, em geral, diálogo entre o OP e Conselhos, Conferências e Plano Diretor. Na discussão com Secretarias de Governo e com a Câmara de Vereadores, foram apontadas dificuldades de diálogo e entendimento, conforme havíamos levantado previamente com a realização das entrevistas. Além disso, a participação da sociedade fica prejudicada devido ao não-atendimento das demandas.

O grupo que discutiu mobilização e divulgação apresentou formas de divulgação e mobilização comuns entre as experiências locais, ressaltando a necessidade de se diferenciar mobilização e divulgação e investir na mobilização além da divulgação, tendo em vista que envolver amplamente a população na experiência é uma grande dificuldade apontada de maneira geral tanto nas entrevistas prévias quanto no debate. São utilizados, como material de divulgação, jornais, folders e cartazes, e como meios o rádio e a televisão (redes locais), além de telemarketing. A mobilização é feita em trabalhos com igrejas, associações de bairros e grupos organizados.

Na discussão sobre a escolha de prioridades, foram destacadas as questões de como compatibilizar prioridades por temas e regiões, como relacionar prioridades do OP com Plano Diretor, como garantir a execução de prioridades, como relacionar OP e outros mecanismos de participação e como compatibilizar critérios para prioridades com as demandas apresentadas pela população.

Sobre a etapa de escolha de representantes, foi ressaltado como grande desafio a formação da população e do governo para a participação neste mecanismo. Contornar este desafio é entendido como passo importante para a continuidade das experiências e execução das obras. Além disso, questionou-se as vantagens e desvantagens da participação do governo como conselheiro/delegado e da duração de 1 ano para o mandato de conselheiros e delegados – quando o participante entende melhor como se dá o processo, chega o final de seu mandato – sendo levantada a possibilidade de mandatos de 2 anos.

O grupo que discutiu a quinta etapa – negociação com o Executivo e com a Câmara –, ressaltou a importância de se conquistar, no âmbito do governo, atores para a implementação de um modelo de gestão participativa que tenha o OP como prioridade. Falta, em grande parte das experiências, confirmando os dados das entrevistas, um maior aprofundamento da relação com a Câmara e um envolvimento dos delegados e da sociedade civil como um todo no processo de

---

<sup>6</sup> Em alguns casos, ao invés de cumprir estas etapas no período de um ano, o OP demora dois anos para cumpri-las todas, seja prolongando o tempo de discussões em torno de prioridades ou definindo um número maior de obras para cumprir no ano seguinte.

negociação. A necessidade de estimular processos de formação também foi ressaltada por este grupo.

Por fim, em relação à execução orçamentária e acompanhamento, destacou-se, do mesmo modo, a necessidade de formação dos participantes, tanto do governo quanto da sociedade civil. Esta etapa do ciclo foi reconhecida, pelos participantes, como uma das menos efetivas. A formação de um conselho fiscal e de execução para acompanhamento deste momento do processo, composto de governo e sociedade, foi ressaltada como uma das principais possibilidades de afirmar o compromisso de governo e sociedade civil com esta fase e efetividade da execução das obras. Além disso, para firmar o compromisso político e dar maior transparência ao processo, foram apontados como necessárias a divulgação do plano de prioridades, a adequação da metodologia aos prazos legais, a prestação de contas para a Câmara e para a sociedade com linguagem apropriada e a participação técnica do Executivo no início do ciclo para analisar a viabilidade das propostas.

### **Indicações para o futuro das experiências**

Com base nesta diversidade de questões destacadas pelos grupos ao discutirem as distintas fases do ciclo do OP, foi realizado um debate entre todos os participantes. A partir deste debate, alguns pontos indicativos para o futuro das experiências foram levantados:

- Não há um modelo rígido para o OP. Este deve ser apropriado para cada realidade distinta, com suas questões específicas;

- O ciclo do OP, com metodologia definida de acordo com cada realidade, é um horizonte a ser perseguido, aprimorado;

- O aperfeiçoamento da experiência (governo e sociedade) leva tempo e esforço do conjunto do governo e da sociedade;

- Os impactos da participação na institucionalidade são visíveis, e cresce a preocupação com a garantia de continuidade das experiências entre diferentes gestões. Seria interessante que o OP tivesse poder vinculante (ou seja, que suas decisões tivessem que ser obrigatoriamente cumpridas pelo governo) ou isto poderia prejudicar fiscalmente o município?

- Gestão participativa deve ser prioridade, assumida pelo prefeito, e deve haver esforço para conquistar o conjunto do governo e conquistar amplamente a sociedade civil;

- Formação e capacitação técnica e política da sociedade civil e do governo são muito importantes neste processo, bem como a formação de novas lideranças;

- É imprescindível que haja articulação e vinculação do OP com outras formas de participação, tendo em vista a construção de um projeto de controle social;

- Entra em questão também a possibilidade de se implementar o OP no âmbito estadual e também federal;

- O OP deve ser institucionalizado? (Alguns afirmam que os Conselhos acabam mais rígidos, e que o OP é mais dinâmico); garantir por Lei é garantir de fato?;

- A articulação entre Democracia Participativa e Democracia Representativa ainda é um desafio a ser aprimorado;

- Discussão de 100% do orçamento, do PPA e da LDO é almejado;

- É extremamente necessário monitorar a execução das decisões e orçamento com participação de todos os envolvidos no OP e formar um conselho para acompanhar o processo. Isto confere maior transparência e garante que as decisões se concretizem;

## **Considerações finais**

Em meio a experiências mais ou menos consolidadas de OP, em cidades com distintas realidades, tamanhos e população e utilizando distintas metodologias ao longo do tempo, observamos, a partir das questões levantadas e discutidas durante a pesquisa e o seminário, que o desafio central apontado para a consolidação das experiências de OP é semelhante nas diversas experiências: trata-se de garantir um envolvimento amplo da população e um comprometimento interno ao governo e do poder público como um todo, incluindo os poderes Executivo e Legislativo.

Um passo importante a ser tomado por todas as experiências para contornar tal desafio, de acordo com os entrevistados e os participantes do seminário, se dá em direção à sensibilização e formação tanto da sociedade civil quanto dos funcionários do Estado, para que compreendam a potencialidade do OP enquanto instrumento de democratização da relação Estado e sociedade e transformador da cultura política local, e se comprometam com a implementação de um projeto participativo coeso, garantindo a continuidade da experiência ao longo de diferentes gestões. Além disso, foi apontado como centralmente necessário um esforço de divulgação da experiência, para garantir a ampliação no número de participantes, além de um esforço de mobilização, para que haja uma continuidade na participação, com formação contínua.